

O Programa Nacional do Livro Didático do Campo: Análise do livro didático saberes e fazeres do campo

The national program of the Field textbook: analysis of the textbook knowled and doings of the field.

El Programa Nacional de libro de texto del Campo: Análisis del libro de texto saberes e fazeres del campo

Jurema de Fatima Knopf¹

Citação: KNOPF, J de F. O Programa Nacional do Livro Didático do Campo: Análise do livro didático saberes e fazeres do campo. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 16, e88328. Dezembro de 2022.



<http://10.5380/jpe.v16i0.e88328>

Resumo:

O estudo apresenta apontamentos sobre o livro Didático do campo distribuído por meio do Programa Nacional de Livro Didático – PNLD Campo, em específico do livro da coletânea *Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo* dos anos iniciais do ensino fundamental. A Educação do Campo é reconhecida como uma modalidade educacional e se articula à luta por políticas públicas na educação e no âmbito do trabalho do campo. Esta modalidade demanda material didático apropriado que dialogue com as formas de trabalho e vida no campo. Objetiva-se discutir a concepção de educação do campo e de sujeitos do campo presente no livro didático desta coletânea e a as relações entre os conteúdos e o ensino proposto no livro didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia de estudo bibliográfico explorou os conceitos de educação do campo, livro didático e analisou o livro da coleção Girassol. Entende-se que o livro didático é um instrumento para a organização do ensino nas escolas do campo e que o diálogo com a concepção de educação contribui para que os estudantes compreendam o contexto de vida que fazem parte.

Palavras-chave: Educação do Campo; Políticas Públicas; Especificidades.

Abstract:

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFC Campus Avançado Abelardo Luz. Abelardo Luz, SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6491-4934>. E-mail: fatimaknopf81@gmail.com

The study presents aspects of a field textbook distributed by National Program of Textbooks - Field Area (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Campo), analysing the anthology of New Sunflower: Knowledge and Practices in the Field (Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campos), from elementary school. The field education is recognized as an educational approach, struggling for public policies in education and in the countryside work. Therefore, this approach requires appropriated textbooks in which dialogues with different types of work and rural life. This article introduces the conception about the field and field's and depicting the contents and the method proposed by them in the elementary school. The methodology is based on bibliographic review, examining the concepts of field and the anthology chosen. The textbook is a tool to organize the education at Field Schools. Then, this discussion contributes for students comprehend their social contexts.

Keywords: Countryside Education; Public Policy; Specificities.

Resumen:

El artículo presenta notas sobre el libro de texto del campo repartido por del Programa Nacional de Libro de Textos – PNLD Campo, específicamente el libro de la colección Nuevo Girassol; Saberes e Fazeres do Campo de los primeros a años de la escuela primaria. la educación del Campo se reconoce como una modalidad educativa y articula la lucha por las políticas públicas en la educación e en el trabajo del campo. Esta modalidad demanda um material didáctico adecuado que dialogue con las formas de vida e de trabajo em el campo. El objetivo consiste en presentar la concepción de educación e de sujetos del campo presentes en el libro de textos de esta colección y analizarnos las relaciones entre los contenidos e la enseñanza propuesta en los libros de textos para los años iniciales de la escuela primária. La metodología de estudio bibliográfico exploro el concepto de educación del Campo, libro de textos y la análise del libro de la colección Nuevo Girasol. Se entiende que el libro de textos es un instrumento para la organización de la enseñanza en las escuelas de campo y que el dialogo con el concepto de educación ayuda a comprender el contexto de vida del que formam parte.

Palavras chave: Educación del Campo. Políticas Públicas, Especificidades.

Introdução

A Educação do Campo é uma importante conquista oriunda da luta pela terra no Brasil e que se fortaleceu afirmando pautas específicas, que assegurassem o direito à educação aos sujeitos do campo, de ter uma escola *no e do* campo, dentre os avanços para esta modalidade de educação está à possibilidade das escolas acessarem programas específicos, os quais se fortaleceram mediante a luta por políticas específicas que considerem o modo de vida e de cultura do campo.

O Programa Nacional do livro didático da Educação do Campo – PNLD Campo² é uma forma de política específica que visa assegurar que as escolas localizadas nas áreas rurais tenham acesso a materiais didáticos apropriados. Os sujeitos do campo são compreendidos na sua diversidade e especificidade (identidade e formas de trabalho), nas categorias sociais de posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, caboclos, faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e etnias indígenas. (BRASIL, 2002).

² Resolução nº 40, de 26/7/2011

Dentre os marcos normativos que asseguram a Educação do Campo como política educacional específica, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002³, destacam a identidade das escolas do campo que deve ancorar-se na “na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país” (BRASIL, 2002, p. 01).

Deste modo, o PNLD- Campo trata-se de um programa de distribuições de livros didáticos que atende aos pressupostos citados acima e para tanto, objetiva-se com este estudo, explicitar a concepção de educação do campo e de seus sujeitos no livro didáticos da coletânea Girassol e analisar a relação entre os conteúdos e o ensino propostos no livro didático para o primeiro ano do ensino fundamental dessa coletânea.

A metodologia de estudo bibliográfico aborda o conceitos como Educação do Campo; escola do campo; ensino nas escolas do campo e livro didáticos, as quais perpassam as discussões suscitadas em artigos científicos e livros e a análise da coletânea Girassol distribuída por meio do PNLD – Campo.

O texto está organizado em sessões: inicialmente *“A Educação do Campo e Escola do Campo: Primeiras Aproximações”*, que aborda aspectos conceituais acerca da educação e escola do campo e suas especificidades. Na sequência, *“O Ensino na Escola do Campo; Materiais Apropriados para a Prática do professor na Educação do Campo”*, que trata da importância de se ter um livro didático apropriado que contemple a educação do campo, a metodologia e forma de abordagem do professor. *“O Programa Nacional do Livro Didático da Educação do Campo PNLD- Campo”*, que faz breve explicação do funcionamento do programa, trazendo informações aos professores que atuam na educação do campo precisam para acessar e escolher o livro didático mais apropriado. Alia-se a este *“O estudo da Coletânea Girassol: uma análise do livro didático do 1º ano do Ensino Fundamental- Saberes e Fazeres do Campo”*. Nela destaca-se a concepção de campo e de sujeitos do campo presente nos livros didáticos e a relação entre os conteúdos e o ensino, a fim de perceber as possibilidades de diálogo com as formas de vida e de trabalho do campo.

³ Resolução CNE/ nº1 de abril de 2002 (MEC, 2002).

A educação do campo e a escola do campo: primeiras aproximações

A escola do campo articula-se aos pressupostos de Educação do Campo, uma escola no campo, localizada na comunidade ou próxima a ela é um direito do aluno que reside no meio rural. Conforme afirma Caldart “[...] *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.” (CALDART, 2002, p. 26).

É uma educação comprometida com os trabalhadores do campo, que contribua para superar as desigualdades sociais, “[...] No campo se produz muita riqueza, mas também muita miséria. Há grande desenvolvimento tecnológico, genético junto a trabalho escravo e trabalho infantil. [...]” (VENDRAMINI, 2010, p.129), para tanto, está atrelada à luta por transformações tanto no âmbito social como cultural e econômico na sociedade.

O vínculo de origem da Educação do Campo são os povos do campo organizados em Movimentos Sociais em luta, como afirma Caldart:

O vínculo de origem da Educação do Campo é com os trabalhadores ‘pobres do campo’, trabalhadores sem – terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’, para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo (CALDART, 2009, p. 41)

Deste modo, podemos entender que a educação do campo dialoga com a especificidade do trabalho no campo, mas também se vincula as lutas sociais do campo e dos demais trabalhadores que almejam transformar as relações vividas.

Nessa disputa, a luta pela reforma agrária impulsionada pelos Movimentos Sociais do Campo, em particular, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ajuda a estreitar as tensões entre os modelos de agricultura, o agronegócio e a agricultura camponesa. A disputa por política pública voltada a uma educação do campo é parte desse contexto.

Os Movimentos Sociais do Campo são os sujeitos coletivos que põem em cena a Educação do Campo aliada a luta pela reforma agrária e a um projeto de sociedade. Para Caldart (2009, p. 40-41) “os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os ‘movimentos sociais camponeses em estado de luta”.

A política educacional e a escola de qualidade, que atenda as especificidades da realidade do campo é parte integrante desse movimento de resistência, que ao passo que questiona a forma clássica da educação formal, também projeta possibilidades.

[...] Sim! A Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre na escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. E uma vez mais, sim! A educação se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e as mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento produzido na sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do Campo como produtores de conhecimentos e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p.38).

A Educação do Campo visa um projeto educativo que questiona a lógica de produção e socialização/reprodução/reconstrução do conhecimento escolar. Pois entende que os conteúdos ensinados precisam dialogar com as problemáticas da realidade do campo e do trabalho do campo/cidade, para que possa identificar as contradições e as possibilidades de transformação da forma social atual.

Saber posicionar-se diante das problemáticas sociais é ser sujeito da história sabendo atuar conscientemente e criar alternativas de resistência diante da atual realidade do campo.

Deste modo, a metodologia de ensino precisa inserir o conteúdo a realidade e permitir sua problematização. A metodologia de ensino reúne um conjunto de técnicas que possibilitam a apropriação do “saber” que é o conhecimento científico na sua forma didatizada, pois:

O confronto que passa em uma sala de aula não se passa entre alguém que sabe um conteúdo (professor) e alguém que não sabe (aluno), mas entre estas pessoas e o próprio conteúdo, na busca de sua apropriação (WACHOWICZ, 1995, p.42).

A escola do campo deve ser um lugar onde os estudantes sintam orgulho de ser quem são e morar onde moram, de possuir tal cultura, uma escola que possua sua própria identidade daí a necessidade de assumir esta identidade e lutar cada vez mais por ela, conforme estabelece na Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010:

IV. Art. 36. A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas

que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

V. Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante (BRASIL, 2010).

A identidade da escola do Campo parte da realidade produzida a partir de uma proposta pedagógica que deve contemplar a diversidade produzida pelo campo, a qual as metodologias e o trabalho pedagógico devem atender estas demandas da Educação do Campo. Deste modo, o seu projeto político pedagógico deve ser pensado e organizado a partir dos princípios que orientam a concepção de Educação do Campo, conforme previsto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

A escola do campo é aquela que assume compromissos ético/moral, cultural, intervenção social entre outros, como o de construir uma gestão que possibilite a participação da comunidade escolar que movimente inclusive o currículo possibilitando maior relação com a vida e o trabalho na terra.

O ensino nesta perspectiva deve possibilitar ao estudante que compreenda a atualidade e os conflitos sociais presentes no campo, dentre eles, o êxodo da juventude que buscar o trabalho assalariado precário como forma de vida, ou, para que criem alternativas de resistência e de ressignificação da vida no campo, como afirmam Caldart:

Construir uma escola do campo significa estudar para viver no campo. Ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo, e se estuda de um jeito que permite um depoimento como esse: foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça. A escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino; não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrenta-los coletivamente” (CALDART, 2006, p. 34).

A escola do campo deve ser um lugar onde o aluno se sinta valorizado quanto ao meio em que vive a cultura que faz parte e assim, possa contribuir superar a ideia do campo como lugar do atraso, pois a vida e a sua diversidade é produtora de conhecimentos científicos que precisam dialogar com o conhecimento formal, conforme afirma as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo “exige do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para sala de aula” (PARANÁ,2006,p.29). O professor, ao apresentar o conhecimento científico, deve dialogar e relacionar com o cotidiano do aluno dentro de sua vida e práticas de trabalho, escolher a melhor e mais adequada metodologia que aproxime seus alunos com as vivências trazidas de seus familiares.

A Educação do Campo parte de um projeto educativo e segundo Caldart “este projeto educativo reafirma e dialoga com a *pedagogia do oprimido* na sua insistência de que são os oprimidos os sujeitos de sua própria educação, de sua própria libertação” (CALDART,2002,p.32). Paulo Freire também aponta nesta perspectiva, defendendo uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1987, p. 17), e a luta por um projeto educativo e por melhorias e mais políticas públicas é uma necessidade deste povo do campo que busca sua libertação em meio a conquistas de mais direitos.

O ensino na escola do campo; materiais apropriados para a prática do professor na educação do campo

O ensino na escola do campo e a produção de materiais apropriados com indicações metodológicas que possibilitem o diálogo entre conteúdo e as particularidades da vida no campo é recente, pois historicamente a escola do campo teve o currículo urbano como referência para o ensino, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo “A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas”. (PARANÁ, 2006, p.28). Ainda afirma que “essa visão, que tem permeado as políticas públicas educacionais, parte do princípio que o espaço urbano serve de modelo ideal para o desenvolvimento humano”. (PARANÁ, 2006, p.28).

Atualmente, a luta dos Movimentos Sociais do Campo cunhou na política educacional, conquistas importantes que afirmam os sujeitos do campo como protagonistas de sua educação, dentre estes, documentos como as Diretrizes Curriculares do Campo como, que é “um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade, presente e que respeite e valoriza a diversidade humana contribuindo com a construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária” (PARANÁ, 2006, p.09).

O educando que vive no campo desde muito cedo, ainda quando criança, já conhece muitas particularidades deste meio, por estar sempre presenciando as práticas de trabalho de seus familiares e estar em contato com esta cultura, todo alimento que chega a sua mesa o mesmo já sabe de onde veio, como se deu seu plantio, por quanto tempo e qual é sua época de colheita. Isto deve ser pensado, analisado e levado em conta quanto às práticas do professor que atua na área de Educação do Campo, ou seja, trabalhar com o conhecimento científico e com conteúdos básicos essenciais pra a formação do educando. Conforme se dispõem no Artigo 28 da LDB 94/96:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Deste modo, o livro didático é uma ferramenta importante para o uso do estudante e do professor e considerando as especificidades, pode servir de apoio para o planejamento do ensino, pois conforme destaca as Diretrizes (2006):

Conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem-nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos (PARANÁ, 2006, p.29).

Para tanto o livro didático, a partir dos conteúdos, precisa dialogar com a realidade e com os sujeitos que vivem no campo por meio de textos, atividades e ilustrações, partindo do conhecimento prévio de cada estudante para chegar aos conteúdos curriculares, conforme Garcia (2013).

Portanto, os livros escolares materializam o que uma sociedade – ou parte dela – considera valioso transmitir às gerações mais novas no que se refere especialmente aos conhecimentos científicos, estes também entendidos como produto de uma construção histórica e social. [...] (GARCIA, 2013, p. 72).

Assim sendo, a seleção de conteúdos de ensino de um livro é resultado dos conflitos e interesses de sua época. Deste modo, é preciso apropriar-se dos livros didáticos de forma crítica e criativa em vistas de uma educação transformadora. Em relação às particularidades do campo, estes devem aproximar-se da vida do campo em relação à totalidade das relações sociais, garantindo a relação dialética entre particular e universal.

O Programa Nacional do Livro Didático do Campo PNLD – Campo

O Programa Nacional do Livro Didático é o mais antigo voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes das escolas públicas no Brasil, teve início em 1939 com outro nome e ao longo do tempo foi adaptando as mudanças na organização do ensino. Inicialmente era conhecido como Instituto Nacional do Livro (INL), com a promulgação do Decreto Lei nº 1.006, de 30/12/38, que controla a distribuição e circulação dos livros didáticos. Trata-se da primeira lei que contém esta organização. Nos anos seguintes há

necessidade de melhorias, então outras leis entram em vigor e acontecem algumas mudanças, entre elas a necessidade de se ter um guia do livro didático para auxiliar a escolha do professor acerca do melhor e mais adequado, os livros apropriados ao ensino de Libras e Braile e também para o EJA Educação de Jovens e Adultos; e a distribuição de dicionários tanto para as escolas, como para os alunos.

No ano de 1985 é criado o PNLD, maior programa de distribuição de livros didáticos. A partir do ano de 2011 todas as escolas localizadas no meio rural, que se reconhecem como escolas do campo, são contempladas com uma coleção voltada a estas particularidades dos estudantes, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, distribuídas pelo programa denominado Programa Nacional do Livro Didático, PNLD – Campo.

O PNLD – Campo distribui livros para o ensino fundamental para as escolas públicas por meio do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) proporcionando obras que consideram as especificidades deste povo que vive no meio rural, possibilitando aproximação à vida, as práticas sociais de trabalho e a cultura.

O programa faz uma avaliação dos livros didáticos antes mesmos de chegar até as escolas públicas, para que os professores possam escolher qual é o mais adequado para tal realidade para depois seus alunos fazerem uso. Garcia aponta que “[...] não se pode esquecer que os livros são, entre outras coisas, são suporte dos conteúdos de ensino e, no caso dos livros avaliados pelo PNLD, do conhecimento escolar considerado legítimo e necessário”. (GARCIA, 2013, p. 87). Essa avaliação se trata de um olhar pedagógico voltado para a realidade e especificidade do educando e se o livro didático atende os conteúdos relacionados e organizando os mesmos com esta prática de ensino do campo.

Seu funcionamento se dá na seguinte forma, as escolas da rede pública de ensino que atendem a turmas seriadas (de 1º ao 5º ano) ou multisseriadas podem manifestar interesse e fazer a seleção por meio do FNDE. Os livros correspondem aos componentes curriculares de Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, integrados em coleção seriadas, multisseriadas, disciplinares, interdisciplinares ou por áreas de conhecimento, os quais serão utilizados por três anos consecutivos.

Estudo da Coletânea Girassol: uma análise do livro didático do 1 ano do Ensino Fundamental- Saberes e Fazeres do Campo

O livro didático analisado pertence à Coleção Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo, Alfabetização e Letramento e Alfabetização Matemática do primeiro ano do ensino fundamental, nele os conteúdos estão organizados por áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, dividida em letramento e alfabetização, e Matemática.

O livro faz diálogo com o aluno do campo, na qual retrata a importância do lugar que é o campo como espaço rico de diversidade cultural. Remete-se ao trabalho de seus familiares e enfatiza a importância de se construir um conhecimento a partir das vivências trazidas do meio em que o aluno é inserido.

O campo é um lugar especial, é um espaço único, porém com diversidades múltiplas, onde cada comunidade representa um mundo cultural e de trabalho.

Ele deve ser conhecido, compreendido e valorizado por seus habitantes e por todos que se relacionam com ele (BONJORNO, [ét al], 1ºano, 2012, p.03).

Quanto à estrutura dos volumes de cada capítulo são expostos sempre com imagens que se aproximam da vida dos estudantes, para que as aulas iniciem partindo dos conhecimentos prévios dos mesmos. Segue a orientação apresentada ao professor no fim do referido Livro didático:

Na abertura das unidades sempre são apresentadas uma ou mais imagens sobre o assunto a ser tratado, acompanhadas de questões que trabalhem os conhecimentos prévios dos alunos, construídos pelas experiências vivenciadas na família e na comunidade. Os capítulos apresentam situações que envolvem contextos significativos para o aluno. O conteúdo é exposto e desenvolvido estabelecendo relação com os conhecimentos prévios dos alunos, e os conceitos são trabalhados para propiciar a compreensão e a construção do conhecimento (BONJORNO, J. R. [ét al] 1ºano, 2012, p.47-48).

Ao dar sequência ao conteúdo, nas duas grandes unidades que o livro didático traz, há dois personagens que dialogam com o aluno sobre todas as atividades que devem ser desenvolvidas, sendo eles: a *Mari Sol* e o *Zé Sabiá*, e trazem algumas dicas importantes e algumas curiosidades para o estudante, referente ao conteúdo que está sendo tratado e também mostra realidades distintas com o objetivo de ampliar os conhecimentos para além da realidade dos estudantes.

No capítulo 1, na unidade 4 do livro didático que tem como conteúdo *Viva a Natureza*, o mesmo aborda um diálogo que deve ocorrer com professor e aluno sobre atividades que algumas famílias trabalham como plantar alimentos, criar animais, produzir artesanato, processar alimentos, para que haja uma conversa relacionando o que cada família dos próprios alunos trabalham, em seguida traz a música *Seu Lobato Tinha um Sítio*, falando sobre animais que cada família de cada aluno cria em suas moradias.

Percebe-se a importância se ter a relação do conteúdo trabalhado em sala de aula, com a prática social de vida que a comunidade do aluno é vinculada, conforme esta disposta nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006), sobre a seleção dos conteúdos:

No âmbito da educação do campo, objetiva-se que o estudo tenha a investigação como ponto de partida para a seleção e desenvolvimento dos conteúdos escolares, de forma que valorize singularidades regionais e localize características nacionais, tanto em termos das identidades sociais e políticas dos povos do campo quanto em valorização da cultura de diferentes lugares do país (PARANÁ, 2006, p. 31).

Deste modo, a realidade é o ponto de partida para a organização do ensino e os conteúdos selecionados precisam ajudar a explicar os diferentes determinantes (políticos, econômicos, sociais e culturais) presentes na vida dos estudantes e na sociedade em geral, mantendo a conexão entre o específico e o geral. Por isso o livro didático se torna uma ferramenta importante quando aponta essas possibilidades metodológicas.

No capítulo 2 “Tempo de Plantar”, retratando sobre a importância das condições climáticas para toda ou qualquer plantação, em seguida traz músicas, e atividades relacionadas ao tema e a alfabetização e letramento dos alunos.

Já **na alfabetização matemática na unidade 1**, Descobrimo a Matemática no Dia a Dia, num primeiro momento há alguns apontamentos para uma conversa oral sobre determinada imagem que reproduz o meio rural, por ter um terreiro bem grande, vacas no pasto e várias crianças brincando juntas, para que os alunos possam observar e falar o que veem na imagem, a quantidade de brincadeiras, o nome de cada brincadeira, ou seja, parte da imagem para mostrar para a criança o quanto a matemática está presente no cotidiano. Da sequência com Noções de Grandeza, sempre relacionando com imagens que reproduzem a vida do campo, como por exemplo, em uma atividade de contornar o animal mais pesado, há um cavalo e um cachorro, e atividades como faça um X no cachorro mais leve, a vaca mimosa produz leite para encher 3 baldes, contorne os baldes que aparecem

na ilustração que já estão cheios, sempre relacionando o tema da aula com um contexto e ilustração que contemplem a Educação do Campo.

O livro trabalha com outros temas que também fazem parte desta alfabetização matemática como, Noções de Posição, Noções de Tempo, Símbolos e Códigos, As formas, enfim, são vários os conteúdos trabalhados dando sempre sequência ao contexto que é inserido o aluno.

Do início ao término do livro didático percebe-se faz aproximações dos conteúdos com a vida e as práticas de trabalho presentes na concepção de Educação do Campo. É possível afirmar mediante as leituras feitas que o ensino organizado sob estas orientações possa proporcionar momentos de aperfeiçoamento e construção de novos saberes sistematizados. O livro indica a relação entre o conteúdo ensinado e a realidade do estudante, primando por uma concepção de educação e campo que dialogue com as formas de trabalho de seus sujeitos. Retrata um campo de produção, de vida e cultura, como destaca Caldart (2002), quando argumenta sobre os princípios que uma escola do campo.

[...] trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo..., prestando atenção às tarefas de formação específicas de tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade (CALDART, 2002, p. 35).

As questões apontadas acima são aspectos essenciais e relevantes para uma escola do campo, com um projeto político pedagógico voltado a esta modalidade de educação e o livro didático da coletânea Girassol Saberes e Fazeres do Campo, Alfabetização e Letramento e Alfabetização Matemática do primeiro ano do ensino fundamental dialoga com os princípios da Educação do Campo e por isso pode ser um importante auxílio na prática de ensino professor.

Considerações Finais

O PNLD Campo é uma das políticas específicas para a Educação do Campo e destaca-se pela importância possibilitar materiais apropriado para as escolas do campo, pois o fato de ter um livros elaborado com a perspectiva do campo orienta a abordagem

de ensino do professor em sala de aula, mesmo que não tenha a formação voltada para essa modalidade de educação.

A Educação do Campo se constituiu desde os Movimentos Sociais do Campo que lutam pela terra, por educação e por condições dignas de vida, por isso a política pública específica é uma das reivindicações para que os direitos desses trabalhadores sejam assegurados.

A busca pela afirmação do direito a educação específica está amparada na legislação como a LDB 9394/96 e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 e Resolução CNE/CEB nº4, de 13 de julho de 2010, que dão suporte para que a Educação do Campo se fortaleça como política pública, mas ainda há vários limites presentes na forma e conteúdo de ensino nas escolas do campo, os quais nem sempre possibilitam que as pretensões e conceitos dessa modalidade se efetivem.

Percebe-se que o livro didático da coletânea Novo Girassol, *Saberes e Fazeres do Campo*, direcionado para o primeiro ano do ensino fundamental era voltado para a alfabetização e o letramento e a alfabetização matemática e a forma de apresentar as ilustrações, contextos e atividades sequenciadas e articuladas contribuem para que os estudantes desenvolvam a relação entre os conteúdos e a prática social. A inter-relação com os conteúdos e os conhecimentos prévio dos estudantes pode possibilitar maiores condições para que possa compreender e interferir na realidade como sujeito historicamente situado. Sendo assim, o livro didático tem papel importante na prática do professor como auxílio para o planejamento das aulas, mas não exime a sua responsabilidade em adequar ou adaptar a abordagem dos conteúdos sempre que necessário.

Mesmo que criticado por alguns autores por abordar superficialmente o conceito de campo os livros didáticos elaborados com essa perspectiva são uma importante conquista para as escolas do campo que foi possibilitado pela institucionalização do PNLD - Campo.

Referências

BONJORNO, J. R. [et al] **Girassol: Saberes e Fazeres do Campo**, 1º ano, Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática. São Paulo: FDT, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 25 de jun. 2016.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 25 de junho de 2016.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº4, de 13 de julho de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 19 de junho de 2016.

BRASIL, **Resolução nº 40 de julho de 2011**. Dispõem sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do Campo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3463-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-40-de-26-de-julho-de-2011>. Acesso em: 25 de jun. 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, Roseli Salete: Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edegar Jorge; RICARDO, Paulo: **Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas**, Brasília – DF, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga: Didática, história e manuais escolares: contexto ibero – americanos. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; VALLS, Rafael; **Os livros didáticos em sala de aula**, Ijuí RS, 1.ed, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da rede pública da educação básica do estado do estado do Paraná. Educação do Campo**. Curitiba: SEED 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em: julho de 2016.

VANDRAMINI, C. R. A Educação do Campo na Perspectiva do Materialismo Histórico Dialético In: MOLINA, Mônica Castanha, organizadora. **Educação do Campo e Pesquisa II Questões para Reflexão**. Brasília MDA/MEC, 2010.

WASCHOWICZ, L. A. **O Método Dialético na Didática**, Campinas –SP, Papirus, 1995.

*Recebido em Novembro de 2022
Aprovado em Dezembro de 2022
Publicado em Dezembro de 2022*

Jornal de Políticas EDUCACIONAIS



Volume 16

Seção Artigos

e88328

22 de dezembro de 2022



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/ipe>.

INDEXAÇÃO:

BASE DE DADOS

Sumário.Org
Google Scholar
BASE
Dimensions
Miar

DIRETÓRIOS

Scielo Educ@
Diadorim
DOAJ
Erih Plus
Latindex
EZB
ROAD
Journal 4-free

ÍNDICES

Index Copernicus
Cite Factor

PORTAIS

LiVre
Capes
Science Open
World Wide Science

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 16, e88328 – Dezembro de 2022

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxe (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilméia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>